

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação,
Ciência, Juventude e Desporto,
Deputado Firmino Marques

Assunto: Requerimento para audição urgente do senhor ministro da Educação sobre o encerramento das escolas, proibição de aulas à distância e próximos passos.

O Senhor Primeiro-Ministro anunciou, na passada quinta-feira, o encerramento de todas as escolas do sistema de ensino, por 15 dias devido à disseminação da estirpe britânica do novo coronavírus.

Ao contrário do que aconteceu em março do ano passado, esta não será uma suspensão das atividades letivas presenciais com substituição pelo ensino à distância. Antes, será uma interrupção letiva – i.e. férias compulsivas – que deverá vir a ser compensada com o encurtamento ou eliminação das férias do Carnaval, da Páscoa e do verão, em termos ainda não anunciados.

O CDS considera que o ensino presencial é a opção preferencial e reconhece as muitas assimetrias e limitações do ensino a distância. Por outro lado, dada a disseminação da pandemia e a sua evolução exponencial também entre os grupos etários que frequentam as escolas, O CDS insistiu atempadamente para que fosse ponderado o seu encerramento.

No entanto, em nenhum momento, esteve em discussão a suspensão do ensino, pelo que foi com enorme surpresa que se constatou que “os danos irreparáveis nas aprendizagens”, afinal, convivem com não ter qualquer espécie de aprendizagem.

Nenhuma aprendizagem é sempre pior do que alguma aprendizagem, seja esta feita através dos meios que o próprio governo criou para o efeito – a telescola –, as plataformas digitais abertas e disponibilizadas a todos e o esforço de tantos professores, garantindo pelo menos algumas atividades de apoio e consolidação.

A proibição de as escolas, estatais ou privadas, poderem continuar em ensino a distância não serve os alunos, não ajuda os pais – entretanto em teletrabalho –, minoriza a escola pública e aprisiona a escola privada.

Proibir a educação em nada resolve as desigualdades. É baixar os braços, sem sequer procurar formas de apoio aos alunos que se sabe dele precisarem.

E, se a situação se prolongar por mais de 15 dias, como muitos especialistas aventam, qual será o plano?

Nesse sentido, ao abrigo do regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do CDS-PP requer, com urgência, a presença do senhor ministro da Educação na Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.

2

Assembleia da República, 23 de janeiro de 2021.

Ana Rita Bessa